

# **POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE BÁSICA PARA PESSOAS SURDAS: ENTRE APARATOS LEGAIS E AS REALIDADES VIVENCIADAS**

Josiane da Silva<sup>1</sup>

Clovis Schmitt Souza<sup>2</sup>

Sonize Lepke<sup>3</sup>

**RESUMO:** O acesso das pessoas surdas ao sistema de saúde, exige a presença de profissionais que saibam estabelecer comunicação e se expressar na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Mesmo diante das garantias legais, a acessibilidade linguística não é efetivada em inúmeros espaços da sociedade, entre estes espaços estão as Unidades Básicas de Saúde (UBS), hospitais e emergência. Para compreender melhor este contexto, estabelecemos no presente trabalho analisar quais estratégias linguísticas são utilizadas pelos profissionais da saúde para assegurar a comunicação com os usuários surdos. Esta pesquisa tem como metodologia a revisão bibliográfica e documental, o período proposto para análise foi delimitado entre os anos 2018 a 2023, nesse estudo foram pesquisadas as bases de dados da Capes e Scielo, utilizando os seguintes descritores: saúde e surdez, saúde pública e surdos, libras e saúde. Os trabalhos encontrados demonstram que a principal barreira enfrentada pelos usuários é a linguística, ou seja, o desconhecimento da Libras pelos profissionais da saúde. Nota-se a ausência de estratégias pelo poder público para que os mesmos tenham acesso às informações em sua língua e possam minimamente estabelecer comunicação ou buscar suporte de um intérprete. A partir dos dados torna-se imprescindível orientar o poder público para criar políticas públicas que visem o atendimento qualificado a essas pessoas e familiares, formações contínuas para profissionais da área e contratação de Tradutores Intérprete de Libras para mediação comunicativa que permita aos surdos acesso aos diagnósticos fidedignos, tratamentos e procedimentos necessários.

**Palavras-chave:** surdos; saúde; política pública.

---

1. Especialista em Gestão Pública UFFS/ Erechim. E-mail:josisilvasilva239@gmail.com

2. Doutorando em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Universidade Federal Fronteira Sul, campus Erechim/RS. E-mail: clovis\_sm@uffs.edu.br

3. Doutora pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Docente da Universidade Federal Fronteira Sul, campus Erechim/RS .E-mail:sonize.lepke@uffs.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

Por um longo período da história, as Pessoas com Deficiência (PCDs) foram impedidas de realizarem suas escolhas por serem vistas como incapazes de terem suas próprias opiniões, fazer suas escolhas e autonomia nas suas vidas. Isso significa dizer que estavam limitadas a viver suas experiências pelas escolhas de outras pessoas. Condicionados ao discurso de que a deficiência os incapacitava para determinadas atividades em sociedade, foram e continuam sendo excluídos através das barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e linguísticas.

Este grupo, os PCDs, compõe, segundo os dados do (IBGE, 2022) no Brasil 18, 6 milhões de pessoas. Dentre essa população, estão os surdos que contabilizam um total de 2,7 milhões de pessoas com surdez profunda. Os dados quanto a utilização da Libras como forma de comunicação e expressão não foram identificados.

Parcela desta população, reivindicou os seus direitos à visibilidade, existência e acessibilidade, através da organização de associações, movimentos de surdos, entre outros segmentos institucionais.

Fruto dessa efervescência social, uma geração pioneira de ativistas surdos, oriunda de associações locais de surdos que até então não tinham exercido efetivo papel político na luta por direitos para este segmento social, teve a sua trajetória profundamente influenciada ao se engajar no movimento social das pessoas com deficiência, que se iniciara no final da década de 1970 e crescerá exponencialmente a partir da promulgação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), do ano de 1981. (Britto, 2016, p. 766).

Se neste processo inicial de engajamento, não tinham clareza quanto aos objetivos que deveriam ser reivindicados, os mesmos foram lapidados nas décadas de 1980. Na década de 1990 o movimento surdo convergiu e passou reivindicar, pela força da lei o reconhecimento da forma de comunicação estabelecida pelos surdos através das mãos (SOUZA, 1998; BRITO, 2013) Ou seja, passaram a ter clareza que faziam parte de uma minoria linguística e cultural, que precisava ser reconhecida.

No ano de 1996, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) e a Federação Nacional de Pais e Amigos dos Surdos (Fenapas) com apoio de parlamentares e conseguiram apresentar um projeto

de lei que reconhecesse a Libras como língua. Este projeto tramitou por seis anos. Período em que o movimento surdo, as federações, os intelectuais e políticos reivindicam a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua.

Segundo Brito (2016) o movimento social surdo, foi determinante na aprovação da Lei nº 10.436, de 2002. Que prevê:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º—Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º—As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

(Lei 10.436/2002)

A garantia de uma forma de comunicação e expressão, em um sistema linguístico, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria através da lei representou para os surdos o contato com a comunidade sinalizante, interação entre pares, sociabilidade, fortalecimento cultural, a acessibilidade a todas as informações e acontecimentos na sociedade. E na saúde, orienta os serviços de saúde o atendimento adequado às pessoas surdas e com deficiência auditiva.

O Decreto nº 5.626, 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reafirma a preocupação com o atendimento do surdo pelo sistema de saúde. No art. 25 afirma:

(...)

IX – atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X – apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação  
(Decreto nº 5.626, 2005)

A lei mencionada, bem como o decreto, reafirma e faz encaminhamentos a partir da concepção de que os surdos utilizam a língua de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos. (QUADROS, KARNOPP, 2004). Logo, o ouvinte e a sociedade precisam adequar-se a esta necessidade. Especialmente, os espaços educacionais e de saúde.

Porém, na prática muitas pessoas surdas usuárias da Libras enfrentam impedimentos em relação à comunicação. Essas lacunas linguísticas limitam o acesso a informações, especialmente na saúde, isso faz com que essa população receba informações resumidas ou incompletas, contrariando a garantia de acessibilidade presente nas legislações.

Neste sentido, buscamos analisar quais estratégias linguísticas são utilizadas pelos profissionais da saúde para assegurar a comunicação com os usuários surdos utilizando para essa análise dados encontrados na revisão bibliográfica.

## **2. PERCURSO METODOLÓGICO**

O trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de materiais produzidos constituído de livros e artigos científicos (GIL, 2012). Pesquisa qualitativa e documental com análise nos trabalhos encontrados nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Portal do periódico da CAPES. O período para análise foi entre os anos 2018-2023, os últimos 05 anos com objetivo de obter informações atualizadas. Os descritores utilizados são: saúde e surdez, saúde pública e surdos, libras e saúde. Foram excluídos aqueles que não abordavam diretamente o tema proposto na pesquisa e também os que estavam repetidos. Como dinâmica de estudo, foram feitas leituras dos resumos dos trabalhos e selecionados apenas aqueles que estavam em consonância com o tema desejado. No total foram encontrados 46 artigos que dialogam diretamente com a temática, sendo que, na plataforma Scielo foram encontrados 12 artigos e na Capes 36.

A partir da identificação dos artigos, áreas e temáticas realizamos a leitura aprofundada, para identificar as pesquisas que dialogam com o nosso

objetivo de pesquisa. Neste aprofundamento identificamos 8 pesquisas que refletem sobre as estratégias linguísticas utilizadas com os surdos usuários do sistema de saúde e as políticas públicas que visam assegurar a efetivação da acessibilidade. Conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 1-Quantitativo de pesquisas por tema

Temática	Quantidade de Artigos
Atenção básica	11
Área da enfermagem	8
Formação em libras	8
Política pública	5
Psicologia	5
Produção vídeo em libras	4
Atenção odontológica	2
Área hospitalar	2
Consulta com nutricionista	1
Total	46

Fonte: elaborada pela autora

Como podemos observar na tabela acima, as pesquisas com maior incidência estão voltadas para investigação da relação existente na *atenção básica (11 casos)* no intuito de perceber as situações vivenciadas tanto pelos usuários da saúde surdos e os profissionais que trabalham nesse ambiente.

As pesquisas sobre profissionais da *enfermagem e formação em Libras (8 casos)*, possuem a mesma quantidade de trabalho e estão interligadas ao trazer argumentação sobre inexistência de formações que possibilitem atendimento qualificado e acessível.

As abordagens sobre *política pública e área da psicologia (5 casos)* evidenciam que na relação paciente e profissional a base é a confiança, assim o paciente se sente à vontade para relatar situações incômodas e a partir disso o profissional busca meios de tratamento para dirimir esse sofrimento. Entretanto, para criar laços de confiança o relato das situações é essencial, a questão colocada é como fazer isso diante das lacunas de comunicação. Assim, o estudo demonstra que para conhecer o perfil de cada usuário, é preciso compreender sua forma de comunicação, sua relação familiar e os ambientes sociais que está incluso. Para que assim, seja possível

encaminhamento que contemple suas reais necessidades e possibilite uma terapia adequada. Portanto, a criação de políticas públicas interligadas a aspectos culturais e linguísticos são recursos apontados pelos estudos como importantes ferramentas de inserção e inclusão social.

*A produção de vídeos (4 casos)* pontua que as campanhas institucionais de prevenção e agravamento de doenças não são contempladas com interpretação em libras, desse modo a comunidade surda é privada de receber as informações na sua língua ficando na dependência de outras pessoas para repassar as notícias.

*Atenção odontológica e área hospitalar (2 casos)*, são locais de procura recorrentes, no entanto foram encontrados poucos trabalhos para analisar a realidade presente nesses ambientes de cuidado.

*Consulta com nutricionista (1 caso) os cuidados com alimentação adequada são essenciais para prevenção e agravamentos de doenças. Entretanto, foi encontrado apenas um trabalho que aborda esse tema e traz questões relacionadas às dificuldades de comunicação com o paciente, como explicação de cuidados e prevenção.*

Os textos analisados abordaram metodologicamente diferentes cenários sobre saúde e surdez, sejam eles: pesquisas em âmbito local na saúde (3 casos), análise bibliográfica (3 casos), sobre da legislação (2 casos).

## 2.1 RESULTADO E DISCUSSÃO

Segue a tabela com informações sobre as pesquisas analisadas.

Tabela 1. Descrição dos textos utilizados para análise

TÍTULO	AUTORES	ANO	BASE DE DADOS	PERIÓDICO	TIPO	PALAVRAS CHAVE
A comunicação entre surdos e profissionais de saúde: Uma revisão bibliográfica	Hélida Cristine Santos Mendes Barroso, Daniel Antunes Freitas, Caio Bruno Wetterich	2020	Capes	Educação Profissional e Tecnológica	Artigo	Surdos; libras; profissionais da saúde; atendimento à saúde; comunicação em libras
Meu sonho é ser	Antonio Augusto	2020	Capes	Revista	Artigo	Acesso ao

compreendido: Uma análise da interação médico-paciente durante a assistência à saúde	Claudio Pereira, Nayara de Paula Passarin, Fernanda Shizue Nishida, Valéria Ferreira Garcez			Brasileira de Educação Médica		serviço de saúde; atenção à saúde; comunicação em saúde; Ensino; Linguagem de Sinais; relações médico-paciente; surdez
Atenção Básica da saúde na vida da pessoa com surdez: reflexões sobre essa política pública	Andreia Adriana Silva, Rodrigo da Silva Almeida, Lirani Firmo da Costa Souza	2020	Capes	Associação Nacional de pesquisa e pós-graduação interdisciplinar em sociais e humanidades	Artigo	Atenção básica à saúde; pessoa com surdez; cultura surda
Singularidades da comunicação no encontro de pessoas surdas e 'profissional de saúde mental	Bruna Romano, Octavio Domont de Serpa Jr	2021	Capes	Revista de saúde coletiva	Artigo	Acesso, diversidade; surdez; saúde mental
O atendimento em Libras como garantia da universalidade integralidade e da equidade no acesso à saúde: uma revisão Narrativa	Bianca Cardoso Lopes, Milene Babeles Viana Silva, Flávia Galvão Andressa Kênia de Almeida Rodrigues, Kaliani ângelo Ramos, Adriana Maria de Figueiredo	2021	Capes	Brazilian medical Students journals	Artigo	Comunicação ; línguas de sinais; Sistema Único de Saúde (SUS); surdez
A surdez na política de saúde brasileira: uma análise genealógica	Nubia Garcia Vianna, Maria da Graça Garcia Andrade, Flávia Cristina Silveira Lemos, Dolores Rodriguez Martín,	2022	Capes	Ciências & saúde coletiva	Artigo	Surdez; direito à saúde, política de saúde, Acessibilidade, barreiras de comunicação
Atenção à saúde de pessoas surdas em tempo de pandemia por coronavírus	Luana Paula de Figueiredo Correia, Márcia de Assunção Ferreira	2022	Scielo	Revista Brasileira de Enfermagem		Atenção à saúde, surdez; Língua de sinais; pandemias, Coronavírus
Os prejuízos pela dificuldade de comunicação no	Karem Ingrid Mendes Leite, Mérssia Maria do	2022	Capes	Reserch, Society and Development	Artigo	Surdez; prejuízos; enfermagem

atendimento de saúde à  
 pessoa surda: revisão  
 integrativa

Nascimento Leite,  
 Anne Heracléia de  
 Brito e Silva

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 2. Demonstrativo das pesquisas sobre saúde e surdez

<b>TÍTULO</b>	<b>TIPO DE PESQUISA</b>	<b>BARREIRAS</b>
A comunicação entre surdos e profissionais de saúde: Uma revisão bibliográfica	Revisão bibliográfica	A falta de comunicação apresenta vários problemas para o surdo: atendimento ineficaz em hospital, na saúde primária, escassez de informações em Libras sobre a saúde, exames, falta de formação dos profissionais, comprometimento da autonomia.
Meu sonho é ser compreendido: Uma análise da interação médico-paciente durante a assistência à saúde	Pesquisa observacional, descritiva, com análise integrada de conteúdo	Percebeu-se que os médicos não têm percepção total das consequências provocadas pela má comunicação. Já os médicos internos demonstraram mais sensibilidade e preocupação. Importante que seja feito planejamento, contratação de intérprete, inclusão, uso de tecnologias digitais
Atenção Básica da saúde na vida da pessoa com surdez: reflexões sobre essa política pública	Ensaio acadêmico embasado em literatura	Barreiras comunicacionais, violação de direitos, assistência inadequada, falta de políticas públicas
Singularidades da comunicação no encontro de pessoas surdas e profissional de saúde mental	Recorte de pesquisa de mestrado, metodologia qualitativa e estudo de Casos múltiplos	Falta de acessibilidade linguística, contratação de intérprete e autonomia da pessoa surda
O atendimento em Libras como garantia da universalidade integralidade e da equidade no acesso à saúde: uma revisão Narrativa	Revisão Narrativa	Ainda não é possível afirmar a garantia de universalidade, integralidade e da equidade no acesso à saúde. Fragilidade no atendimento eficaz. Ressalta-se a importância da disciplina de Libras estar nas disciplinas dos cursos na área da saúde
A surdez na política de saúde brasileira: uma análise genealógica	Pesquisa qualitativa e documental que se baseia em pressupostos teóricos de Michel Foucault	Desconsideração da cultura surda, relação de poder, imposição da saúde disponibilizar aparelhos tecnológicos e focar no biológico não valorizando a cultura surda
Atenção à saúde de pessoas surdas em tempo de pandemia por coronavírus	Reflexão baseada em estudos sobre assistência a saúde durante a pandemia do coronavírus	Falta de acessibilidade linguística, contratação de intérprete e autonomia da pessoa surda
Os prejuízos pela dificuldade de comunicação no atendimento de saúde à pessoa surda: revisão integrativa	Revisão narrativa	Fragilidade no atendimento eficaz. Ressalta-se a importância de a disciplina de Libras estar nas disciplinas dos cursos na área da saúde
Os prejuízos pela dificuldade de comunicação no atendimento de saúde à	Revisão integrativa, análise de pesquisas relevantes que reforçam a tomada de	A comunidade surda tem pouco acesso à informação, pouca procura de atendimento pela falta de comunicação, falta de

---

pessoa surda: revisão  
integrativa

decisão e aperfeiçoamento  
da prática clínica

capacitação contínua dos profissionais para  
atendimento de pessoas surdas.

---

Fonte: elaborado pela autora

## 2.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Segundo Barroso, Freitas e Wetterich (2020), na pesquisa sobre a comunicação entre surdos e profissionais da saúde fica evidente que mesmo com a implementação de legislações, as barreiras linguísticas permanecem. O estudo traz como elemento fundamental a valorização da identidade e cultura surda, dentro disso o uso da Libras na comunicação entre paciente surdo e profissional da saúde para entendimento dos sintomas e maior compreensão quanto as orientações e tratamento.

No estudo de Pereira *et al* (2020) foi organizada uma pesquisa com 181 pessoas entre elas: médicos profissionais de diferentes especialidades, graduando de medicina e indivíduos surdos com diferentes graus de perda auditiva. *Quando questionados se consideram que o conhecimento em Libras ampliaria significativamente a qualidade do atendimento aos surdos, 83 indivíduos do núcleo de medicina, responderam que sim, 48 internos 57,8% (48) e 35 médicos (42,1%) médicos; um indivíduo respondeu que não (médico); 15 afirmaram que talvez, cinco internos (33,3%) e dez médicos (66,7%); um indivíduo não respondeu.*

A partir dessa pesquisa é possível perceber que a maioria dos participantes acredita que conhecer a Libras é fundamental para a anamnese dos pacientes. Os procedimentos médicos têm suas especificidades e a escrita como meio de comunicação não contempla o entendimento em virtude do uso de termos específicos desconhecidos por quem não atua nessa área. Por vezes, não compreendem o diagnóstico ou até mesmo a letra do profissional. Nesse sentido, o relato da situação em Libras contribui para romper com obstáculos linguísticos.

No desenvolvimento da pesquisa sobre a atenção básica da saúde na vida da pessoa com surdez, Silva, Almeida, Souza (2020) realizaram ensaio acadêmico com objetivo de avaliar o período da pandemia e o atendimento às

peças surdas. “Os postos de saúde são a porta de entrada, sabemos que a população surda enfrenta dificuldades comunicacionais e de compreensão, o que os impede, muitas vezes, de procurar ajuda.” (p.09).

A falta de entendimento pelos profissionais faz com que uma parcela das pessoas surdas não procure atendimento, visto que, ao não serem compreendidas temem por diagnósticos inexatos que podem agravar ainda o quadro clínico. Como meio de minimizar os ruídos comunicacionais, durante a pandemia de forma voluntária Ângela Russo, educadora e intérprete, em conjunto com outros colegas criaram a “*Central Libras/ Coronavírus*” para disponibilizar nas redes sociais vídeos acessíveis à comunidade surda. Essa articulação foi necessária visto que as instituições governamentais não dispuseram de intérpretes de Libras nos boletins diários de notícias.

O trabalho de Romano e Serpa (2021), analisou as diversas possibilidades de comunicação com a pessoa surda. O trabalho foi realizado em um Centro de atenção psicossocial (Caos) e analisou os atendimentos para três pessoas surdas, cada um com estratégias de comunicação distintas. O estudo evidencia que profissionais de saúde mental enfrentam dificuldades, uma vez que durante a formação não têm contato com a língua e nem mesmo com a comunidade surda. Para obter resultados no trabalho com saúde mental, é preciso formas adequadas de acolhimento, principalmente quando se trata de cultura e comunicação distintas, os estímulos e interação precisam ser aliados com essa nova situação. A pesquisa demonstra os impasses vividos pelos profissionais, enfatiza a importância de que as capacitações tragam as singularidades da cultura surda.

Nas investigações analisadas sobre o atendimento em Libras como garantia da universalidade da integralidade e da equidade no acesso à saúde, Lopes *et al* (2022), realizam pesquisa no intuito de verificar se a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que versa sobre a universalidade, integralidade e equidade estão presentes nos atendimentos. Infere-se que existem barreiras na comunicação, sendo inexistente o acesso pleno como consta na legislação. Outra temática ressaltada é a falta de autonomia, uma vez que ao procurar atendimento precisam estar acompanhados de outra pessoa, isso pode gerar constrangimentos e rompe o sigilo entre médico/ paciente. Com isso, deve-se estimular a criação de projetos de extensão nas universidades, pesquisas que

analisem o atendimento, essencial também a atuação governamental com fornecimento de cursos gratuitos de Libras, possibilitando que as pessoas sejam compreendidas em outros ambientes.

Atenção à saúde de pessoas surdas em tempo de pandemia por coronavírus, as pesquisadoras Correia e Ferreira (2020) examinam quais são as estratégias adotadas para superar as barreiras na comunicação na saúde nesse período. Constatam que o acesso aos cuidados à saúde ficou mais complexo, pois a presença do intérprete de forma presencial era um risco para o profissional, o uso de máscara dificultava a leitura de lábios e expressão facial. Assim, procurar atendimento significava passar por constrangimento por não ser compreendido. Tudo isso, se apresenta pela ineficiência em políticas públicas que não primam pelo uso da Libras na saúde, pela falta de conhecimento dos profissionais e programas específicos para usuários surdos. Concluem que “para realizar o cuidado em saúde, é fundamental que se estabeleça uma forma de comunicação que possibilite o entendimento, acolhendo nesse processo”. (p.2).

É verificado também que “em tempo de enfrentamento da Covid 19, às pessoas surdas tiveram dificuldade em obter informações sobre a doença nos veículos de informação de massa pela falta de intérprete, assim como na assistência, devido ao desconhecimento por parte dos profissionais de saúde.” (p.4). É necessário ações que responsabilize o poder público em disponibilizar aos profissionais da saúde aproximação de temáticas sobre a surdez, aspectos culturais e linguísticos com vistas ao atendimento humanizado.

Os prejuízos pela dificuldade de comunicação no atendimento de saúde à pessoa surda: revisão integrativa Leite *et al* (2022), analisam que existem forças contrárias ao processo de autonomia de minorias sociais, pois as mesmas precisam se adequar a oralidade. Entretanto, em relação a aspectos linguísticos se faz necessário a reciprocidade no entendimento para que de fato a comunicação e o atendimento sejam eficazes. Na pesquisa foi possível perceber que “a população surda tem pouca oportunidade de acesso à saúde, não tem suas necessidades compreendidas, negligenciando então, a esses usuários a prevenção e restauração da saúde” (p. 09).

Atualmente as normativas de obrigatoriedade da disciplina de Libras estão voltadas para as licenciaturas, os demais cursos podem ofertar de modo

optativo. Nesse sentido, fica a critério individual a procura pelo conhecimento da Libras, outro empecilho é que nas grades curriculares a disciplina possui pouca carga horária de ensino, sendo necessário a busca por aperfeiçoamento e capacitações permanentes e que seja ofertada pelo poder público como preve a lei.

As pesquisas analisadas evidenciam as adversidades enfrentadas, principalmente, pelas barreiras na comunicação que inviabilizam atendimento integral das pessoas surdas no sistema de saúde público. A falta de conhecimento específico durante a formação técnica e acadêmica é um fato que corrobora para permanência desses obstáculos. Os ambientes de atendimento à saúde estão seguindo normativas que objetivam a “cura” da surdez e tornar pessoas surdas usuárias da cultura ouvinte e oralista (falar), dessa forma aspectos socioantropológicos ligados a cultura e língua são desconsiderados, ocasionando obstáculos no acesso.

Consta no Decreto 5.626 de 2005 a Art. 3º” A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia[...].Embora a normativa seja relevante, ela deixa lacunas ao deliberar que “a Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos” (Decreto 5.626/2005) especialmente para os profissionais que atuam na saúde.

Desta forma, as principais barreiras encontradas são: dificuldade na comunicação, falta de capacitação dos profissionais e conseqüentemente impossibilidade de o surdo ter acesso às informações sobre prevenção, saúde, falta de autonomia, todos esses fatos causam negligência nos atendimentos.

De acordo com a legislação brasileira, está prevista a remoção de qualquer obstáculo, como podemos observar

Art. 25. Os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental. (LBI, 2015)

Nesse sentido, com a ausência da acessibilidade na área de saúde pelas instituições públicas e privadas em todo o Brasil, “percebemos que nossa legislação antiga é boa, mas demora transformar e avançar na saúde precisa conscientizar a ser acessível para as pessoas surdas na realidade prática”. ( Krause, 2022)

### **3. PERSPECTIVAS TEÓRICAS**

Pensar numa perspectiva de inclusão social é criar estratégias de participação para todas as pessoas, por meio de legislações e políticas públicas para minimizar o sofrimento de quem não está dentro do “padrão” na sociedade. Para isso, serão utilizadas teorias que dialoguem com essas temáticas. A teoria é constituída para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. (MINAYO; GOMES, 2013)

De acordo com Secchi (2017, p. 05) política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviços, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros. Esses mecanismos institucionais têm como propósito corroborar na implementação de programas que levem em consideração as necessidades apresentadas pela sociedade e sujeitos que estão nela e precisam de atenção específica pelas dificuldades encontradas nas suas vivências cotidianas.

Na realidade apresentada pela comunidade surda é possível observar segundo Krause (2022, p. 68) que mesmo passado quase duas décadas desde a aprovação da Lei de Libras, os surdos de algumas cidades não têm acessibilidade linguística nas repartições públicas e privadas. O surdo não tem acesso a informações, é discriminado por não ouvir e falar uma língua oral, apesar das garantias legais, quando a comunicação ocorre é truncada e ineficaz.

Quanto à saúde, a Lei 8.080 de 1990 que dispõe sobre as normativas do Sistema Único de Saúde (SUS) e afirma:

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de

riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Quando a lei faz referência ao “acesso universal e igualitário”, refere-se a todos os cidadãos e usuários do SUS. Porém, a inexistência de prerrogativas para acessibilidade no atendimento de pessoas surdas permanece. Um indicativo de que não existe uma preocupação com a acessibilidade linguística são as campanhas que alertam sobre doenças, são feitas periodicamente e não são disponibilizadas em libras.

Assim, em consonância com CRUZ (2023. p.32),

Cabe salientar que o Brasil sempre atravessou uma crise social política que, violentamente delata as mazelas do sistema público e se opõe ao instituído, ou seja, temos políticas públicas instituídas por meio de leis e decretos que buscam equilibrar e trazer igualdade entre as pessoas, mas nitidamente não funcionam como deveriam.

Apresenta-se uma dificuldade, um problema social a ser resolvido, pois a sociedade precisa de respostas às demandas apresentadas. Existe uma lacuna entre o que a lei prevê, e aquilo que se gostaria que fosse, a realidade pública. (Secchi, 2017). Quanto aos surdos, a questão talvez seja mais complexa. Pois parcela da população, agentes públicos ainda tem presente um discurso ouvintista, o sujeito surdo para estar bem integrado à sociedade, deveria se adaptar a cultura ouvinte, porque somente assim poderia viver “normalmente”. (Strobel, 2008, p. 23)

Logo a correção seria possível através das próteses e oralização, e na impossibilidade, o surdo é considerado “desviante”. Ser “desviante” nesse sentido seria aquela pessoa que se comunica através de sinais, ou seja, usuária da Libras e que tem a percepção de mundo pelo canal visual e não oral/ auditivo.

Mesmo com aparato legal de leis e decretos que versam sobre a LIBRAS, ainda é preciso reafirmar que como seres humanos, sujeitos de uma sociedade, somos distintas e múltiplas e devem ser tratadas a partir de demandas e necessidades. Para Strobel (2008, p. 24) Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais [...]

abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises dos artigos têm como ponto convergente verificar como é efetivado o acesso das pessoas surdas no atendimento à saúde. As investigações trazem elementos importantes das legislações que amparam e asseguram o acesso igualitário para minimizar os prejuízos para essa população. Os estudos apontam que, embora existam leis e normativas, os impedimentos estão presentes, sendo que o principal entre eles é o desconhecimento da cultura e língua pelos profissionais.

O contexto vivenciado na pandemia, no Brasil, os relatos apresentados falam sobre dificuldade no acesso a informações sobre os cuidados e prevenção, pois os meios de comunicação não dispunham de intérpretes de Libras, tampouco os representantes governamentais. Sendo necessária organização civil e voluntária de intérpretes de Libras na gravação de vídeos em Libras e compartilhamento nas redes sociais para manter os surdos atualizados. Diante disso, nota-se que até mesmo os órgãos governamentais não tiveram o cuidado para garantir a acessibilidade comunicacional nas divulgações diárias de boletins sobre a Covid 19.

Nas redes de atenção à saúde as barreiras foram intensificadas pelo uso de máscaras dificultando a leitura labial e impossibilitando a visualização de expressões faciais essenciais para entendimento da informação.

Parte significativa dos trabalhos argumenta sobre a necessidade de formações contínuas direcionadas para os profissionais da saúde, sendo esse um mecanismo de grande valia para aperfeiçoar o acolhimento. Para isso, são necessárias a criação de políticas públicas na saúde que dialoguem diretamente com as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda com formações, capacitações, ensino da língua, acolhimento, como meio de praticar a inclusão social, garantir acesso e cumprir as leis já existentes.

Sendo assim, o estudo bibliográfico realizado apresentou um recorte da realidade vivenciada pelas pessoas surdas nos atendimentos na saúde que,

na sua maioria, apresenta obstáculos na comunicação, ressalta a necessidade de formação de profissionais que saibam se comunicar em Libras. A falta de conhecimento inviabiliza o acesso à informação por parte do cidadão surdo.

Constata-se com as leituras a necessidade de formação durante o processo formativo inicial de que irá atuar na saúde, especialmente em UBS, hospitais e emergências, para quem já está desempenhando a função sugere-se formação e ainda a contratação de profissionais intérpretes de Libras para atuar nos espaços que fazem atendimento ao público. Este profissional pode mediar a comunicação e amenizar os ruídos na comunicação, bem como manter atualizada as informações sobre cuidados à saúde.

Diante disso, a criação de políticas públicas específicas de acessibilidade comunicacional na saúde, bem como a divulgação de campanhas com vídeos em Libras seja em âmbito municipal, estadual e federal poderá assegurar a dignidade humana, atendimento respeitoso, autonomia e sigilo.

Assim sendo, é imprescindível, para pensar em um sistema eficiente, que a partir desse estudo verificou-se que o tema saúde e pessoas surdas ainda são incipientes nas pesquisas, se sugere novas pesquisas que possam abordar outros aspectos da vivência dessas pessoas no ambiente da saúde.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Ministério dos direitos Humanos e da Cidadania]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/governo-federal-lanca-plano-novo-viver-sem-limite-com-cerca-de-100-aco-es-para-as-pessoas-com-deficiencia-e-investimentos-de-mais-de-r-6-bilhoes>. Acesso em: 13 set. 2024

BRITO, Fabio Bezerra de. O movimento surdo no Brasil: a busca por Direitos. *Journal of Research in Special Educational Needs* Volume 16, Number 1, 2016 766–769. Disponível em [https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12214?casa\\_token=XcnWlufkWaEAAAAA%3AgeDC4tyaVEb75IJXdBd\\_Cp3hcU3QaJp7MLqYycd](https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12214?casa_token=XcnWlufkWaEAAAAA%3AgeDC4tyaVEb75IJXdBd_Cp3hcU3QaJp7MLqYycd) Acesso: 15 de agosto de 2024

Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria de direitos humanos: Secretaria Nacional de Promoção dos direitos da pessoa com deficiência, 2011.

CRUZ, Milene Tássia. **O processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas no campo da saúde coletiva às propostas direcionadas às pessoas com deficiências**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Itajubá-MG, 2023.

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5626&ano=2005&ato=b61MTU65UMRpWTdae>. Acesso em: 26 de julho 2024.

FEBRAPILS. **Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e intérpretes e intérpretes de Língua de Sinais**. Disponível em: <https://febrapils.org.br/>. Acesso em: 13 set. 2024

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed.6, Atlas, 2012.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 2022. Pesquisa Nacional por amostras em domicílio contínua. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/Oa9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/Oa9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf). Acesso: 26 de jul. 2024.

Lei 10.346 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em 26 de julho de 2024.

LBI. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msckid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msckid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab). Acesso em: 26 de julho de 2024.

MINAYO, Maria, C. de Souza; GOMES, Suely, F. **Deslandes Romeu. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

QUADROS. Ronice Muller; KARNOPP. Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STROBEL. Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2017.